

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA
EXTRAS



PORTO FRANCO - MA :: DIÁRIO OFICIAL - EXTRAS - VOL. 4 - Nº 1427 / 2024 :: QUINTA-FEIRA, 03 DE OUTUBRO DE 2024 :: PÁGINA 1 DE 3

SUMÁRIO

Descrição	Página
DECISÃO	1
EXTRATO DE CONTRATO N.º 0310002/2024/SMS/PMPF	2

DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023-SMA

SOLICITANTE: Alysson Mota dos Santos

ÓRGÃO REQUISITADO: Secretaria Municipal de Saúde

SECRETÁRIO MUNICIPAL E ORDENADOR DE DESPESA: Marco Aurélio Gonzaga Santos

Objeto: Segundo Termo Aditivo do Contrato nº 0310001/2023/SMS/PMPF

Recebi ofício do Assessor Técnico da Saúde, ALYSSON MOTA DOS SANTOS, solicitando, em síntese, que seja autorizada a realização de Segundo Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato nº 0310001/2023/SMS/PMPF, conforme cópia anexa aos autos.

Despachei o feito à Contabilidade do SUS, que confirmou a previsão de crédito orçamentário no exercício de 2024, bem como à Procuradoria Geral do Município, que emitiu parecer favorável, o que atende perfeitamente o art. 167, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

Noutro giro, consta dos autos documento da empresa licitada (fl. 1060) denominado de “intenção de renovação”, no qual a empresa diz o seguinte:

[...]

Desde já, manifestamos nosso **interesse quanto a renovação do contrato** pelo tempo necessário a utilização do saldo contratual, e ainda, a manutenção dos serviços que vem sendo fornecidos, **mantendo-se os valores inicialmente pactuados**. Na oportunidade encaminhamos a documentação de **regularidade fiscal da empresa para análise da renovação**.

O término do contrato administrativo tem data prevista para encerrar, qual seja, dia 03/10/2024, sendo que o saldo contratual remanescente é insuficiente para cobrir as demandas da saúde, de tal sorte que empresa e órgão técnico da administração pleiteiam a repactuação do contrato administrativo no valor de **R\$ 145.098,00 (cento e quarenta e cinco mil e noventa e oito reais)**.

O parecer jurídico após análise opinou pelo atendimento do pleito, ou seja, pela renovação do contrato, com base disposto no art. 57, inciso II, e § 2º da Lei nº 8.666/1993. Em conclusão o parecer jurídico da PGM diz o seguinte:

[...] a Procuradoria OPINA pela possibilidade da celebração do Termo Aditivo para prorrogação de prazo, com renovação dos contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos climatizadores de ar, do tipo ‘split’ e

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 64c40fc6b1e17d54674aea7e31961480cad76fe8

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



refrigeradores, com fornecimento de peças de reposição”, para atender as demandas da Prefeitura municipal de Porto Franco, na forma prevista no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

O fundamento do pleito no âmbito da Lei nº 8.666/1993 para prorrogações e renovações por até sessenta meses é tratar-se de serviços de forma contínua.

Marçal Justen Filho ensina o que se pode entender por serviços de forma contínua:

A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidade públicas permanente, cujo atendimento não exaure a prestação semelhante no futuro.

Induvidosamente é o caso de manutenção de ar condicionados se enquadra como serviços de natureza contínua, para os fins do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Por outro lado, há diferença entre prorrogação e renovação. O Marçal Justen Filho ensina que, “*em princípio, a prorrogação consiste na pura e simples alteração do prazo original de vigência, fixando-se um período de tempo mais longo para a execução das obrigações contempladas no contrato*”, acrescentando que, “*assim se passa porque a renovação prevista no art. 57, II, exige a concordância de ambas as partes, surgindo a alternativa para qualquer uma delas rejeitar a extensão de vigência por outro período de tempo*”.

O presente caso, como se pode ver, é de renovação com a qual, aliás, a própria empresa licitada assentiu, até porque o saldo contratual existente é insuficiente para atender as demandas do SUS.

Por fim, a renovação é benéfica para Administração na medida em que a empresa licitada se propôs a aceitar os mesmos preços originais do certame, o que evidente a vantajosidade para o Sistema Único de Saúde.

O pleito de renovação do contrato administrativo de prestação de serviços encontra-se devidamente justificado e com bons fundamentos, especialmente considerando a continuidade dos serviços essenciais de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização e refrigeração porquanto imprescindíveis para o funcionamento de todas as unidades de saúde do município.

Diante do exposto, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, acordo com o Parecer Jurídico e com a manifestação da empresa M. QUEIROZ VASCONCELOS EIRELI, autorizo a recontratação **por 12 meses**, pelo **valor contratual em R\$ 145.098,00** (cento e quarenta e cinco mil e noventa e oito reais), sendo que a execução deve se dar na modalidade ordinária, por processo de despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964.

Providencie-se o contrato administrativo de renovação para fins de assinatura e as publicações de estilo, as quais determino ao Setor Técnico que sejam levadas a efeito, na forma de regência, Lei nº 8.666/1993.

Porto Franco (MA), 30 de setembro de 2024.

MARCO AURÉLIO GONZAGA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde
Ordenador de Despesas – Decreto nº 60

EXTRATO DE CONTRATO N.º 0310002/2024/SMS/PMPF

CONTRATO N.º 0310002/2024/SMS/PMPF. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 014/2023-SMA. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2023–CPL. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 14.391.512/0001-30. **CONTRATADA(O):** M. QUEIROZ VASCONCELOS EIRELI, CNPJ sob o n.º 18.604.476/0001-05. **OBJETO:** Prestação dos Serviços de Manutenção Preventiva e corretiva no Climatizadores de Ar do tipo “Split” e Refrigeradores com fornecimento de peças de reposição, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Franco (MA). **AMPARO LEGAL:** O presente contrato tem fundamentação legal na Lei 10.024/19, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 64c40fc6b1e17d54674aea7e31961480cad76fe8

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



do Consumidor. **VALOR:** R\$ 145.098,00 (cento e quarenta e cinco mil e noventa e oito reais). **VIGÊNCIA:** O contrato tem vigência de 12 meses, a contar de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade orçamentária:

ÓRGÃO	19 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	00 – Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	10.122.1203.2077.0000 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
NAT. DA DESPESAS	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ÓRGÃO	19 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	00 – Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	10.302.0210.2090.0000 – Manut. do Prog. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar
NAT. DA DESPESAS	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ÓRGÃO	19 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	00 – Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	10.302.0235.2092.0000 – Serviço de Atendimento Móvel de Emergência
NAT. DA DESPESAS	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ÓRGÃO	19 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	00 – Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	10.301.0060.2080.0000 – Manutenção do Programa Atenção Básica
NAT. DA DESPESAS	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante: MARCO AURÉLIO GONZAGA SANTOS – Secretária Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob o n.º 351.676.373-68 e pelo Contratado: MAYKON QUEIROZ VASCONCELOS - representante legal, inscrito no CPF sob o n.º 040.436.833-67. **DATA DA ASSINATURA:** 03 outubro de 2024.

